



## Plano Juncker 2.0 aprovado no PE

José Manuel Fernandes, relator do PE para o Plano Juncker sublinha as vantagens para Portugal

Pg. 07

### EDITORIAL

#### VENEZUELA

O Parlamento Europeu atribuiu o **Prémio Sakharov** para a Liberdade de Pensamento à **Oposição Democrática Venezuelana**. Orgulho-me de ter sido um dos subscritores desta proposta. Esta decisão denuncia o caos social, político e económico que se vive na **ditadura de Maduro**.

Os conflitos nas ruas, as pilhagens e as intervenções dos militares e forças de segurança em manifestações políticas e os confrontos entre venezuelanos são o resultado de **um regime falhado**. Um regime que já não tem legitimidade junto do povo que devia servir e que se refugia em manobras de sobrevivência, como a farsa da assembleia constituinte.

**A situação dos portugueses é particularmente grave**. Muitos dos nossos compatriotas já regressaram, em grande número, a Portugal, sobretudo à Região Autónoma da Madeira. Outros procuram refúgio em países da América do Sul, mas largos milhares continuam na Venezuela, com graves problemas relacionados com a falta de acesso a bens essenciais, como medicamentos.

**A Venezuela precisa de paz e de progresso**. É fundamental garantir a livre expressão de todos, de não condicionar os jornalistas, de organizar eleições livres para uma Assembleia Nacional democraticamente eleita, de garantir a independência dos tribunais e de permitir a entrada de bens essenciais no país que acorram às necessidades urgentes da população venezuelana.

**A Venezuela precisa de reencontrar a democracia**.

## Relatórios de Carlos Coelho aprovados Reforma do SIS

Pg. 09

## Cláudia Monteiro de Aguiar organiza Conferência internacional sobre o futuro do turismo

Pg. 13

## Fernando Ruas questiona a Comissão Europeia Seca e falta de água no sul

Pg. 15

# Carlos Coelho vê aprovadas novas regras para a aplicação das Leis dos consumidores europeus

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o Relatório relativo à **cooperação entre as autoridades nacionais** responsáveis pela aplicação coerciva da **legislação de defesa do consumidor (CDC)**, do qual **Carlos Coelho** foi o responsável pelo Partido Popular Europeu.

A coerência na aplicação coerciva do acervo essencial da União em matéria de Direito do consumo contribuiu para **reforçar a confiança dos consumidores no mercado único digital europeu**.

O Regulamento CE 2006/2004 criou uma rede de autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da lei para garantir a aplicação transfronteiriça das principais leis de consumo da UE, de forma consistente.

A avaliação desse Regulamento mostrou, porém, que as regras existentes tinham que ser revistas para responder aos desafios da economia digital e ao desenvolvimento do comércio transfronteiriço na UE.

A Comunicação da Comissão de 28 de outubro de 2015, intitulada *"Atualização da Estratégia para o Mercado Único: mais oportunidades para as pessoas e para as empresas"*, reiterou a necessidade de se reforçar a aplicação da legislação da União de proteção dos consumidores, através da reforma do Regulamento (CE) n.º 2006/2004.

Por ocasião da aprovação do novo Regulamento Carlos Coelho defendeu, em Estrasburgo, *"ser necessária uma coordenação efetiva entre as diversas autoridades competentes que integram essa rede, bem como uma coordenação efetiva entre outras autoridades públicas ao nível dos Estados-Membros"*. O texto acordado é resultado de meses de compromissos entre a proposta inicial da Comissão e as posições do Parlamento e do Conselho e prevê mecanismos modernos, eficazes e eficientes.

O social-democrata congratulou-se com este novo texto de Regulamento alcançado que vê consagradas muitas das suas propostas legislativas e que representa uma melhoria




nos Direitos dos Consumidores Europeus.

Enquanto Responsável deste dossier pelo PPE na Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores, Carlos Coelho reforçou que o novo CDC vem:

- 1 Reforçar a aplicação das leis dos consumidores em toda a União**, sem afectar as competências dos Estados-Membros neste domínio.
- 2 Fornecer um conjunto comum alargado de poderes mínimos para as autoridades competentes dos Estados-Membros**; poderes de investigação e de aplicação para cooperarem entre si com maior rapidez e eficiência e de dissuadirem os profissionais de cometerem as infrações abrangidas no presente regulamento.
- 3 Aumentar o nível de harmonização**, que se traduz numa cooperação efetiva e eficiente entre as autoridades públicas competentes abrangendo toda a dimensão do mercado único.
- 4 Estabelecer o envolvimento das organizações de consumidores e de comer-**

**ciantes** no Mecanismo. Deverão ser autorizadas a notificar as autoridades competentes de suspeitas de infrações e a partilhar informações necessárias para detetar, investigar e pôr cobro a infrações, dar o seu parecer sobre as investigações ou as infrações e notificar as autoridades competentes de violações da legislação da União de proteção dos interesses dos consumidores.

**5 Criar um procedimento comum ao nível da União para as infrações generalizadas à escala da UE**, garantindo à Comissão um papel forte de coordenação. Tratam-se de infrações que tenham prejudicado, prejudiquem ou sejam susceptíveis de prejudicar os interesses coletivos dos consumidores em pelo menos dois terços dos Estados-Membros, que, conjuntamente, correspondam a pelo menos dois terços da população da União.

Ao concluir Carlos Coelho ressaltou que *"ao contrário do que alguns alegam, o exercício dos poderes deste Regulamento tem de ser proporcional e adequado à natureza da infracção e respeitar as disposições do direito nacional e da União, nomeadamente as garantias jurisdicionais e os Direitos Fundamentais"*. 



# Paulo Rangel inaugura 1º Encontro de Professores de Direito da União Europeia

**N**os dias 15 e 16 de Dezembro, a Católica do Porto reuniu, pela primeira vez, os melhores especialistas nacionais em Direito da União Europeia.

O eurodeputado **Paulo Rangel** foi o orador convidado da abertura do primeiro encontro de professores de Direito da União Europeia.


O tópico escolhido por Paulo Rangel foi o **sistema de governo europeu**. O Eurodeputado procurou dar as suas respostas a algumas das mais importantes questões que se colocam hoje à União Europeia.

Como se equilibra hoje a relação de forças na Europa? Entre os Estados nacionais e a União, quem decide? Quem ganhou poder com o Tratado de Lisboa? A Comissão perdeu poder para o Conselho Europeu? O Parlamento conta? Os grandes Estados pesam mesmo tanto quanto se diz?

Estas são algumas das questões às quais Paulo Rangel deu resposta e que visaram inspirar e provocar o debate e a reflexão que foi feita nos dois dias de seminário.

Uma iniciativa inédita organizada pela **Universidade Católica** e a **Universidade do Minho**. Além de Eurodeputado e vice-presidente do Partido e do Grupo Parlamentar do PPE, Paulo Rangel é especialista em Direito Público e professor de Ciência Política na Universidade Católica.

O seminário teve lugar no Campus Foz da Universidade Católica do Porto nos dias 15 e 16 de Dezembro. Ao longo dos dois dias entrevistaram nos diferentes painéis os melhores especialistas nacionais em matérias como o Mercado Interno, os Direitos Fundamentais, o Espaço de Segurança Liberdade e Justiça, o Direito Penal Europeu, etc.

A coordenação científica deste encontro esteve a cargo da Prof. Doutora Sofia Pais (UCP - Porto), do Prof. Doutor Manuel Fontaine Campos (UCP - Porto) e da Prof.ª Doutora Alessandra Silveira (Universidade do Minho). 



**O seminário teve lugar no Campus Foz da Universidade Católica do Porto. Ao longo de dois dias entrevistaram nos diferentes painéis os melhores especialistas nacionais em matérias como o Mercado Interno, os Direitos Fundamentais, o Espaço de Segurança Liberdade e Justiça, o Direito Penal Europeu, entre outros.**

# Schengen: Carlos Coelho exige explicações aos Estados-Membros sobre as fronteiras


O Presidente da **Task Force para Schengen** do Parlamento Europeu, **Carlos Coelho**, reuniu com a Comissão Europeia para discutir a situação na **Alemanha, Áustria, Dinamarca, Noruega e Suécia**, que, contra a recomendação da Comissão Europeia, decidiram manter os controlos nas suas fronteiras internas desde Maio de 2016.

Carlos Coelho lembrou que *“apesar de termos reforçado as fronteiras externas, os Sistemas de Informação e o Sistema Europeu Comum de Asilo, estes países decidiram, de forma ataba-*

*lhada, comunicar que irão manter controlos nas fronteiras internas. Sem explicarem de forma fundamentada as razões que os motivam”.*

O Deputado ao Parlamento Europeu sublinhou que **“os Estados-Membros estão a colocar em risco a maior conquista do processo europeu, que é Schengen. Temo que o restabelecimento de controlos nas fronteiras internas se tenha vulgarizado como instrumento de propaganda nacional. Se estamos realmente perante circunstâncias excepcionais, como é invocado no discurso político, os Estados-Membros**

*deveriam ter argumentos fundamentados para justificar a sua decisão”.*

O Deputado Social-Democrata lembrou ainda que *“o Parlamento Europeu tem o poder de escrutinar e garantir o bom funcionamento de Schengen. A liberdade de circulação é o direito mais importante para os cidadãos europeus, que este Parlamento representa. Por isso, apelei à Comissão para averiguar a legalidade destas decisões e, com o apoio deste Parlamento, exigir explicações mais detalhadas àqueles Estados-Membros”.* 

## Fernando Ruas chefiou visita de Delegação do PE ao Brasil


Na qualidade de Presidente da Delegação da UE para as relações com a República Federativa do Brasil, **Fernando Ruas** chefiou uma delegação de 14 membros do Parlamento Europeu, que se deslocou em **visita oficial ao Brasil**, entre os dias 30 de Outubro e 02 de Novembro de 2017.

Na ordem de trabalhos constaram reuniões com autoridades do governo brasileiro em Brasília e no Rio de Janeiro, para além de contactos igualmente com representantes da indústria e sociedade civil.

Os assuntos que marcaram as reuniões com os diversos agentes políticos, diplomáticos e civis ao longo dos três dias de Missão versaram, maioritariamente, sobre questões relacionadas com o diálogo político e o intercâmbio parlamentar entre a UE e o Brasil, bem como relativamente às negociações do Acordo de Livre Comércio entre a UE e o Mercosul, que se encontra em fase de conclusão. Fernando Ruas, enquanto Presidente da Delegação da UE para as relações com a República



Federativa do Brasil, destacou *“a importância do reforço do diálogo político e da cooperação interparlamentar”*, dando nota igualmente *“do forte interesse e empenho*

*europeu numa rápida conclusão do Acordo Comercial actualmente em discussão, entre a UE e o Mercosul, ainda durante a vigência da presidência pro tempore do Brasil”.* 



# Sofia Ribeiro alerta para os desafios da evolução tecnológica

**A** Eurodeputada **Sofia Ribeiro** participou, dia 8 de novembro de 2017, em Lisboa, numa mesa redonda sobre o **futuro das áreas da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM)**. O debate contou com as intervenções de mulheres que ocupam cargos internacionais de tomada de decisão na área da política, investigação e gestão, bem como com a intervenção do Presidente da República, **Marcelo Rebelo de Sousa**.

Sofia Ribeiro começou a sua intervenção lembrando que *“a evolução do domínio da robótica, da automação e da inteligência artificial vai provocar alterações, estimando-se a perda de 1,2 mil milhões de postos de trabalho em 40 anos, sendo que, em Portugal, seis em cada 10 empregos podem estar em risco de serem desempenhados por máquinas”*. *“Temos de nos saber adaptar a essas alterações, sob pena de assistirmos a um colapso social, e, inclusivamente, ao surgimento de novas formas de segregação social”*, referiu a Eurodeputada. De acordo com Sofia Ribeiro, estas diferenças *“podem agudizar-se nas regiões ultraperiféricas e nas regiões do interior pelo seu afastamento, por serem menos populosas e mais envelhecidas”*.

Para a Eurodeputada, a solução passará *“inevitavelmente, por apostar numa grande campanha de incentivo da educação das STEM, em especial junto das mulheres, uma vez que são áreas que lhes permitem ter uma flexibilidade laboral, tendo, inclusivamente, de haver uma diferenciação no acesso às STEM para as regiões ultraperiféricas e do interior”*.

*“O investimento político tem de passar pela educação e pelo despertar da curiosidade científica, combatendo os estereótipos de género; tem de apostar na formação inicial e contínua especializada dos professores; bem como fazer a articulação entre as instituições de ensino, parceiros sociais, representantes das empresas e dos trabalhadores de forma a potenciar a adequação das competências adquiridas pelos sistemas educativos com as necessidades das empresas”*, frisou.


No final da intervenção, Marcelo Rebelo de Sousa corroborou a argumentação da Eurodeputada Açoriana, adiantando, ainda, que temos



**Para a Eurodeputada, a solução passará  
“inevitavelmente, por apostar numa grande campanha  
de incentivo da educação das STEM, em especial junto  
das mulheres, uma vez que são áreas que lhes permitem  
ter uma flexibilidade laboral, tendo, inclusivamente,  
de haver uma diferenciação no acesso às STEM para as  
regiões ultraperiféricas e do interior”**

um país dividido em relação ao acesso às STEM no que concerne à demografia. O Presidente da República alertou, inclusivamente, para a necessidade de se abordar o acesso às STEM pelos mais idosos, numa política de envelhecimento ativo, que têm muito mais dificuldade de atualização do que as gerações mais novas.

*“Vivenciamos uma revolução que se ali-*

*menta de si própria, e é a nossa capacidade de adaptação e, inclusivamente, antecipação dessa revolução que depende da qualidade de vida futura da sociedade”*, realçou a Eurodeputada Social-democrata. **“A máquina não pode predominar sobre o Homem, mas pode reduzir o seu esforço, potenciar a sua saúde, e trazer-lhe mais oportunidades de lazer”**, finalizou Sofia Ribeiro. 



# Braga recebe reunião de mais alto nível do Grupo do Partido Popular Europeu

O Grupo do Partido Popular Europeu – o maior grupo político do Parlamento Europeu – reuniu em Braga a Presidência e os chefes das delegações nacionais da organização. O encontro, que teve lugar de 8 a 10 de novembro, destinou-se a debater e definir estratégias e ações políticas do PPE para os próximos dois anos e para as eleições europeias de 2019.

O vice-presidente do Grupo e do PPE **Paulo Rangel** e o deputado Nuno Melo, como chefes das delegações portuguesas do PSD e do CDS, respetivamente, para além do deputado **José Manuel Fernandes**, foram outros dos anfitriões do encontro europeu, que incluiu uma visita à cidade de Braga e ao Bom Jesus.


O presidente da Câmara Municipal de Braga, **Ricardo Rio**, interveio na sessão de abertura. No evento participaram ainda o líder do grupo do PPE no Parlamento Europeu, o alemão



**Manfred Weber**, e o presidente do PPE, o francês **Joseph Daul**.

Os *"Novos desafios políticos para 2019"*, *"Principais mensagens e estratégias de comunicação"* e as *"prioridades para 2018 e 2019"* foram os temas centrais para os dois dias de trabalho da Presidência do Grupo PPE e os chefes de delegações nacionais. No dia 9, o

jantar-debate no Bom Jesus vai contar com a presença dos presidentes do PSD e do CDS, **Pedro Passos Coelho** e Assunção Cristas.

O PPE detém atualmente os presidentes das três instituições da União Europeia – Parlamento Europeu, com Antonio Tajani, Comissão Europeia, com Jean Claude Juncker, e Conselho Europeu, com Donald Tusk. 



# Plano Juncker 2.0 aprovado no Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu aprovou a extensão e o reforço do **Fundo Europeu para Investimento Estratégicos (FEIE)**. *“A coesão e as potencialidades de Portugal e das regiões menos desenvolvidas são objetivamente reforçadas”*, garante **José Manuel Fernandes**, deputado ao Parlamento Europeu e relator do Plano Juncker 2.0.

O FEIE, também conhecido como Plano Juncker, foi criado para colmatar as falhas de mercado e de investimento na Europa, promovendo a criação de postos de trabalho e o crescimento através de uma utilização inteligente dos recursos financeiros.

O FEIE 2.0, aprovado com 502 votos a favor, 125 votos contra e 19 abstenções pelos eurodeputados no dia 12 de dezembro de 2017, entrará em vigor no dia **1 janeiro de 2018**. Passa a vigorar até 2020 e os seus objetivos de investimento reforçados de 315 mil milhões de euros para **500 mil milhões de euros**.

José Manuel Fernandes considera que *“é um fundo importantíssimo na Europa e que tem ajudado na mobilização do investimento, na redução das desigualdades e na criação de emprego. No total, desde a sua criação, já são mais de 250 mil milhões de euros mobilizados e mais de 520 mil pequenas e médias empresas que foram apoiadas”*, refere.

Para o eurodeputado, *“o Fundo precisa de uma melhoria em termos de distribuição geográfica, por isso reforçamos o apoio a regiões menos desenvolvidas e alteramos o funcionamento do Advisory Hub (plataforma de aconselhamento ao investimento), para que seja mais proativo, especialmente em territórios que tenham mais dificuldades”*.


Esta nova versão do Plano Juncker vê também alargado o seu âmbito a áreas como a floresta, a agricultura, as pescas, a ação social e a cultura.

*“Este Plano Juncker 2.0 facilita o financiamento de projetos mais pequenos e tem as regiões menos desenvolvidas e os países da coesão em especial consideração”*, aponta o eurodeputado do PSD.



**José Manuel Fernandes considera que “é um fundo importantíssimo na Europa e que tem ajudado na mobilização do investimento, na redução das desigualdades e na criação de emprego. No total, desde a sua criação, já são mais de 250 mil milhões de euros mobilizados e mais de 520 mil pequenas e médias empresas que foram apoiadas”.**

Para José Manuel Fernandes, *“a aprovação do Plano Juncker 2.0 reforça uma oportunidade que Portugal não pode desperdiçar”*, tendo em vista *“o financiamento de projetos estruturais e fundamentais para o desenvolvimento do país”*.

Só em Portugal, este instrumento de financiamento já contribuiu para a mobilização de mais de 5,5 mil milhões de euros em investimento e já apoiou mais de 2000 pequenas e médias empresas. 

# Companhias aéreas aplicam taxas ilegais

O Parlamento Europeu discutiu na sessão Plenária a questão oral, aprovada em reunião de líderes, apresentada pela Eurodeputada do PSD, Cláudia Monteiro de Aguiar, em relação à criação de uma taxa adicional pelo Grupo Lufthansa, na compra de bilhetes fora do seu próprio website.

Esta taxa adicional de €16 entrou em vigor a 1 de Setembro de 2015 e aplica-se aos bilhetes adquiridos através de sistemas globais de distribuição (Amadeus ou Galileu) ou de sistemas informatizados de reservas (Skyscanner, eDreams...) que segundo a legislação europeia devem ser neutrais, não discriminatórios e transparentes.

Segundo Cláudia Monteiro de Aguiar “em defesa dos princípios que norteiam o mercado único não podemos admitir que empresas ou companhias não cumpram com as regras estabelecidas, como é neste caso o Grupo Lufthansa, que discrimina outros canais de distribuição através da criação de uma taxa suplementar. Hoje assistimos à Lufthansa, a partir de 1 de Novembro o Grupo British Airways e Iberia e provavelmente poderemos assistir a outros no futuro em incumprimento de legislação”.

Acresce, ainda, que algumas companhias aéreas estão também a restringir o acesso às informações de voo (voos disponíveis, horários e tarifas), aos motores de busca e às agências de viagens online, limitando a opção dos consumidores na utilização de sites de comparação de preços, na obtenção das melhores opções de voos bem como na possibilidade de optar por ligações de voos com múltiplas companhias aéreas.

Para a Eurodeputada do PSD, “cabe à Comissão Europeia garantir o direito dos consumidores e dos viajantes europeus e obviamente estas práticas colocam em causa a liberdade de escolha do consumidor final. Os consumidores ficam limitados nas ofertas e acabam por pagar preços mais elevados pelos bilhetes.”


A Comissão Europeia já recebeu 4 denúncias de Associações do sector do Turismo e das Viagens, invocando infração ao Direito da União. A primeira remonta a Julho de 2015, e



Segundo Cláudia Monteiro de Aguiar “em defesa dos princípios que norteiam o mercado único não podemos admitir que empresas ou companhias não cumpram com as regras estabelecidas, como é neste caso o Grupo Lufthansa, que discrimina outros canais de distribuição através da criação de uma taxa suplementar..”

passado dois anos não houve qualquer tipo de resposta concreta ou nenhuma medida tomada pela Comissão.

Para Cláudia Monteiro de Aguiar, “a Co-

missão neste caso tem de agir, não pode passar impoluto em determinados casos e fazer-se sentir noutros. Não podemos numa Europa a 28 assistir a um peso e duas medidas, dependendo dos países em causa.” 



# Relatórios Coelho aprovados por maioria esmagadora


Os relatórios de **Carlos Coelho** sobre a **reforma do Sistema de Informação Schengen (SIS)** foram aprovados na Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu.

No final da votação, **Carlos Coelho** lembrou que *“os Estados-Membros têm de partilhar toda a informação, sobretudo no âmbito do terrorismo. Só assim podemos combater, de forma eficaz, um fenómeno que não conhece fronteiras. É fundamental para, por exemplo, controlar movimentos de suspeitos ou deter pessoas procuradas. De igual modo, as fronteiras externas são comuns, portanto todos os alertas para impedir entrada de criminosos também têm de estar no SIS”*.

O Deputado ao Parlamento Europeu notou também que *“precisamos de melhor informação para proteger as crianças. Por exemplo, as crianças desaparecidas ou em risco de rapto ou de mutilação genital deviam estar todas no sistema. Com esta proposta, passarão a estar e de forma imediata. Mais ainda, será possível alojar o seu ADN e dos seus familiares para garantir a sua identificação”*.



Carlos Coelho, que é relator permanente do Parlamento Europeu para esta matéria desde 2005, salientou por fim que *“esta é uma reforma que irá apetrechar o SIS para os novos desafios, como o terrorismo ou os refugiados. É por esta razão que não podemos esperar. Estas alterações têm de ser postas em prática no*

*prazo máximo de um ano”*. A Comissão LIBE tem 61 membros e os Relatórios Carlos Coelho foram aprovados apenas com três votos contra. Assim, o Parlamento Europeu, cujo negociador será Carlos Coelho, poderá iniciar as discussões com o Conselho de Ministros, colegislador nesta matéria. 

## Sofia Ribeiro reúne com representantes da Indústria de Suplementos Alimentares

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** reuniu-se dia 7 de novembro de 2017, em Bruxelas, com o Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Suplementos Alimentares (APARD) e com o Presidente da Federação Europeia das Associações da Indústria de produtos saudáveis.

Na reunião discutiu-se a necessidade de sensibilizar as instituições de forma a que a livre circulação de suplementos alimentares, sobretudo no mercado português, seja harmonizada à semelhança do que acontece noutros países europeus, como, por exemplo, a Holanda. **“Esta consciencialização deverá ser feita tendo sempre em conta a segurança alimentar”**, referiu Sofia Ribeiro.

A necessidade de regularizar a permissão




de vendas de suplementos alimentares e a notificação dos produtos que se vendem na Europa foram os temas mais abordados durante o encontro.

Sofia Ribeiro considerou que a transformação de produtos, **“desde que se respeite o**

*modo de produção europeu, pode ser uma via interessante para a agricultura, por acrescentar valor aos produtos agrícolas e permitir o escoamento de produtos agro-alimentares”*.

A Eurodeputada afirmou que os suplementos alimentares são cada vez mais importantes, uma vez que a percentagem da população que necessita deste tipo de produtos é cada vez maior.

**“Tanto a qualidade de vida dos mais velhos como as formas de envelhecimento activo têm sido temas que venho defendendo durante o meu mandato. A Europa tem uma população cada vez mais envelhecida e o uso de suplementos alimentares em idosos pode ser uma das formas possíveis para combater os efeitos do tempo”**, finalizou Sofia Ribeiro. 

# Cláudia Monteiro de Aguiar critica novas regras no transporte Rodoviário de Mercadorias

A proposta da Comissão Europeia sobre o transporte rodoviário de mercadorias coloca em perigo empregos em Portugal, segundo a Eurodeputada do PSD.

Numa audiência com a Chefe de Unidade para os transportes rodoviários da Comissão Europeia, Elisabeth Werner, a Eurodeputada expôs as fragilidades do novo Pacote de Mobilidade Rodoviária que, tal como está, «*prejudica claramente os países periféricos, como Portugal.*»

Em causa estão a proibição de dormir nas cabines dos camiões, no período de descanso semanal ou a introdução de um salário mínimo a nível europeu para estes serviços. A proposta é complexa e não é exequível em todos os países. Deixa de parte muitas pequenas e médias empresas, que representam a maioria das empresas de transporte de mercadoria. A introdução de tacógrafos e outros requerimentos em viaturas ligeiras de mercadorias é outro dos exemplos irrealistas propostos pela Comissão Europeia. Para **Cláudia Monteiro de Aguiar**, as propostas não podem responder apenas aos pedidos da Alemanha ou França, têm de corresponder a soluções práticas e válidas para todos os Estados Membros.

A proposta, segundo Cláudia Monteiro de Aguiar, «*extremamente frágil, obriga a um tremendo esforço financeiro para os Governos e para as empresas, sobretudo dos países periféricos, para obedecer às novas regras. A Comissão não pode criar novos encargos desproporcionais, sejam eles administrativos ou financeiros, às empresas rodoviárias.*» **Segundo dados do Eurostat, 75.8% do transporte de mercadorias na UE é rodoviário - em Portugal e Espanha os números ascendem acima dos 90% - e, este pacote «poderá vir a afetar muitas empresas e postos de trabalho. Compreendo que as propostas venham no sentido de encontrar equidade social, mas isso apenas se concretiza se forem consideradas as diferentes condições sociais e salariais dos vários Estados Membros».**

A Comissão de Transportes e Turismo, no Parlamento Europeu, deu início a um conjunto de debates e audições, com o objetivo de clarificar as propostas apresentadas pela Co-



**A proposta, segundo Cláudia Monteiro de Aguiar, «extremamente frágil, obriga a um tremendo esforço financeiro para os Governos e para as empresas, sobretudo dos países periféricos, para obedecer às novas regras».**

missão Europeia, no que se refere ao Pacote de Mobilidade Rodoviária. Depois do Pacote da Aviação, este é já considerado o mais completo e complexo conjunto de relatórios levado ao Parlamento Europeu, no âmbito da Comissão de Transportes.

Cláudia Monteiro de Aguiar é responsável por um dos 7 relatórios do Parlamento Eu-

ropeu, do Pacote de Mobilidade Rodoviária, apresentado em Maio deste ano pela Comissão Europeia. A deputada do PSD é relatora da proposta sobre a utilização de veículos de aluguer sem condutor no transporte rodoviário de mercadorias. Portugal é de resto, conjuntamente com Espanha e Itália, dos únicos países que ainda põem restrições à liberalização deste mercado.



# Fernando Ruas intervém em Bruxelas sobre investimentos entre UE e o Brasil


O Eurodeputado **Fernando Ruas** interveio, no final do mês de Novembro de 2017 e na qualidade de Presidente da Delegação UE no Parlamento Europeu para as Relações com a República Federativa do Brasil, no lançamento do Estudo *“Mapa de Investimentos Bilateral Brasil - UE”*, promovido conjuntamente pela APEX-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e pela Embaixada do Brasil junto da União Europeia.

Na qualidade de orador convidado, o Deputado Europeu teve oportunidade de salientar, ao nível do investimento, o enorme contributo que a conclusão das negociações relativas ao Acordo de Livre Comércio entre a UE e o Mercosul dará para a concretização do grande Mercado Único Transatlântico Norte-Sul, com quase 800 milhões de habitantes, eliminando cerca de 4 mil milhões de euros em direitos aduaneiros aos exportadores europeus.



Após o lançamento do estudo, seguiu-se uma palestra-debate relativa ao Acordo Comercial, o qual contou também com a presença do Vice-Presidente da Comissão Europeia Jyrki Katainen.

Na sua intervenção, Fernando Ruas salientou que *“O que nos une é muito mais forte do que nos divide, sentindo que capítulo a capítulo, sector a sector, dossier a dossier, continuaremos a encontrar as melhores soluções para a concretização deste grande mercado, que irá aportar benefícios mútuos ao conjunto dos cidadãos, elevando as históricas e cordiais relações entre as nossas duas áreas geográficas”*.

Apelando à sua vocação regional, o Deputado sublinhou ainda *“o contributo extremamente importante que este Acordo encerra em matéria de concretização prática dos objectivos de emprego, crescimento e desenvolvimento sustentável, enquanto valores-chave inscritos nos Tratados Europeus, referindo os ganhos também que se verificarão ao nível da coesão económica, social e territorial, quando falamos dos produtos endógenos protegidos por este Acordo, na medida em que lhes trará não só protecção externa, como também uma maior visibilidade e acesso a novos mercados no outro lado do Atlântico”*. 

## Sofia Ribeiro defende acompanhamento individualizado no combate às desigualdades


A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu dia 15 de novembro de 2017, o acompanhamento individualizado das pessoas para **combater as desigualdades sociais**. A intervenção foi realizada em Sessão Plenária no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, no debate sobre o relatório da sua Comissão do Emprego, que pretende combater as desigualdades para fomentar a criação de postos de trabalho e o crescimento.

Sofia Ribeiro iniciou a sua intervenção realçando que *“estamos a debater as desigualdades sociais como causa e não como consequência do desemprego e da falta de crescimento, o que implica que temos de perceber quais os fatores que estão na origem dessas desigualdades”*.

*“É necessário atacarmos a raiz do problema, e perceber quais os mecanismos que fazem com que os cidadãos europeus não tenham as mesmas oportunidades no acesso à educação; que abandonem a escola precocemente; no acompanhamento em processos de requalificação profissional; ou no acesso a programas de atualização de competências; que não tenham acesso a trabalho de qualidade”*, explicou a Social-democrata.

Sofia Ribeiro advertiu ainda que *“limitar a discussão ao rendimento mínimo, torna-se hipócrita”*. *“Estamos a atirar dinheiro e não estamos a resolver o problema”*, observou a deputada do PSD/Açores. *“Temos que ter uma abordagem absolutamente individualizada,*

*caso contrário vamos estar perante um ciclo vicioso de perpetuação de dependências”*. *“É por isso que defendo uma abordagem individualizada, fundada no apoio de psicólogos, de técnicos de ação social e de professores, como complemento aos meios de assistência financeira”*, realçou.

A finalizar a intervenção, Sofia Ribeiro afirmou que *“é necessário incluir, responsabilizar os Estados-Membros e cativar verdadeiros mecanismos de solidariedade europeia, que olhem para os cidadãos como indivíduos únicos, garantindo a sua integração social”*. *“O apoio aos mais desfavorecidos não é caridade, é inclusão. E as desigualdades não são fatalidades? queiramos trabalhar nesse sentido”*, finalizou Sofia Ribeiro. 

# Eurodeputado José Manuel Fernandes distinguido pela “defesa dos valores europeus e cristãos”

A Igreja Ortodoxa Ucraniana entregou uma distinção honorífica, num jantar solidário a favor de crianças órfãs vítimas da guerra no leste da Ucrânia

“Pelo trabalho desenvolvido no Parlamento Europeu na defesa dos direitos humanos e no apoio a povos oprimidos”, o Eurodeputado José Manuel Fernandes foi distinguido pela Igreja Ortodoxa Ucraniana.

“O que estou a fazer é cumprir a minha missão: a defesa dos valores europeus e cristãos, como são a solidariedade, a defesa da dignidade humana, o respeito pelos direitos das pessoas, a partilha e a paz”, afirmou o eurodeputado do PSD.

Num jantar de solidariedade a favor de crianças órfãs vítimas da guerra no leste da Ucrânia – que juntou portugueses e ucranianos na Escola Profissional Amar Terra Verde, em Vila Verde –, José Manuel Fernandes recebeu do Arcebispo Ilarion, chefe da Administração dos Assuntos Exteriores da Igreja Ortodoxa Ucraniana, o decreto oficial e a respectiva medalha honorífica.

O Arcebispo Ilarion assinalou a distinção como “sinal do reconhecimento e agradecimento de todos os ucranianos”. Realçou “a importante ajuda” de José Manuel Fernandes no Parlamento Europeu para “a consolidação da relação de amizade entre a Europa e a Ucrânia, sobretudo num período extremamente difícil para o povo” daquele país do leste.

O Eurodeputado, que já esteve na Ucrânia em missão do Parlamento Europeu para avaliação de apoios ao país em situação de conflito armado e degradação socioeconómica, mostrou-se esperançado em regressar ao país e encontrar paz e condições para o desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos ucranianos.




O Eurodeputado do PSD afirmou: “O que estou a fazer é cumprir a minha missão: a defesa dos valores europeus e cristãos, como são a solidariedade, a defesa da dignidade humana, o respeito pelos direitos das pessoas, a partilha e a paz”.

“Para além da paz, que a Ucrânia e o seu povo possam dispor de um Estado de Direito, uma democracia mais forte e participativa, uma administração pública séria e transparente”, vaticinou José Manuel Fernandes.

A União Europeia tem procurado ajudar a Ucrânia, através de subsídios e empréstimos a juros reduzidos, assim como apoio e pressão política para travar e desmotivar a ofensiva

russa sobre os seus territórios.

O reconhecimento do trabalho e do apoio de José Manuel Fernandes à causa ucraniana foi ainda reforçado pelo Pe. Vasyl Bundzyak, que reiterou o agradecimento dos responsáveis da igreja ortodoxa à mobilização dos portugueses para mais uma ação solidária, neste caso a favor de crianças órfãs devido à guerra no país. 



# Lisboa recebeu Conferência Internacional sobre o Futuro e as Tendências do Turismo

A Eurodeputada **Cláudia Monteiro de Aguiar** organizou a 3ª edição da “Trends&Dynamics”, a conferência internacional de turismo, este ano com o tema “Mega Drivers for Future Tourism”

A “Trends&Dynamics” de 2017, promovida pela Eurodeputada do PSD, teve lugar no dia 21 de Novembro, no Hotel Tivoli Avenida, em Lisboa. Com **mais de 20 oradores convidados**, oriundos dos mais diversos sectores ligados ao Turismo, contou com a intervenção na **abertura do Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo**, Taleb Rifai e pela **mensagem enviada pelo Presidente do Parlamento Europeu**, Antonio Tajani.

Na edição de 2017 da “Trends&Dynamics” um dos aspetos mais realçados pelos participantes foi **a necessidade de colocar Big Data ao serviço do Turismo**, o que permitirá uma **atuação mais eficiente dos decisores políticos e agentes privados**.

A Eurodeputada do PSD alertou ainda para a necessidade de **Portugal continuar a ser um exemplo de boas práticas na Europa** em economia colaborativa. Para Cláudia Monteiro de Aguiar, este *“é o momento para não retroceder naquilo que já foi feito em relação ao Alojamento Local. A solução não deve passar pela restrição a nível nacional quando o problema se resume a duas freguesias e meia dúzia de bairros de Lisboa e Porto”*.

Para Cláudia Monteiro de Aguiar *“as propostas em cima da mesa do PS e do Bloco de Esquerda podem eliminar por completo o modelo de sucesso português para o Alojamento Local”*.

Se a experiência turística não se alterou ao longo dos anos, **a forma como fazemos turismo mudou dramaticamente**. Cláudia Monteiro de Aguiar defendeu que *“melhor data permite também um melhor alinhamento das estratégias, quer para decidir que tipo de destino Portugal quer ser, mas também para, a partir daí, decidir que infraestruturas são necessárias e que qualificações devemos oferecer neste sector”*. Um sector que **emprega na sua maioria jovens e mulheres**, em que




**Para Cláudia Monteiro de Aguiar “as propostas em cima da mesa do PS e do Bloco de Esquerda podem eliminar por completo o modelo de sucesso português para o Alojamento Local”**

as condições de trabalho enfrentam problemas como a sazonalidade.

No final, Cláudia Monteiro de Aguiar quis salientar *“o sucesso da iniciativa, com a presença de mais 200 participantes, desde empresários a estudantes de turismo, que quiseram ouvir, falar e debater um sector que está em crescimento em Portugal”*.

A “Trends&Dynamics” de 2017 contou com quatro temáticas centrais: **«Tornar os destinos inteligentes e sustentáveis»**, **«Fomentar o investimento turístico»**, **«O mundo digital poderá melhorar a experiência de viajar?»**

e **«Competências para o Futuro no Turismo»**.

Esta **3ª Conferência Internacional de Turismo** teve como oradores convidados, entre outros, o diretor-geral da **Airbnb para Portugal e Espanha**, Arnaldo Muñoz, o diretor da **UBER Portugal**, Tomás Belchior, o ex. Secretário de Estado do Turismo, Adolfo Mesquita Nunes, e o Presidente do **Portugal IN**, Bernardo Trindade. Contou ainda com a participação de entidades públicas e empresas internacionais do setor, como a **Amadeus**, da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento, da Organização Mundial do Trabalho e do Conselho Mundial do Turismo e Viagens. 





# Parlamento Europeu propõe medidas para aumentar a Segurança Rodoviária

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o Relatório sobre **Salvar Vidas: reforçar a segurança dos veículos na UE**, que contou com o apoio do Eurodeputado Carlos Coelho.

Carlos Coelho, responsável pelo Partido Popular Europeu (PPE) no Parecer dado pela Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores a este Relatório de Iniciativa, destacou que *“para atingirmos o objectivo de «zero vítimas» até 2050 temos que avançar com medidas concretas e eficazes em articulação com os Estados-Membros na segurança dos veículos, nas infraestruturas rodoviárias e no comportamento dos condutores”*.

Não obstante os resultados alcançados no passado que fazem das estradas europeias as mais seguras, todos os anos cerca de **25.000 pessoas perdem a vida** nas estradas eu-


ropeias, enquanto perto de **135.000 ficam gravemente feridas**.

*“É um flagelo que afecta todos os anos centenas de milhares de famílias. Ainda há muito a fazer desde o combate ao álcool na estrada, à remodelação das infraestruturas e desenvolvimento de planos de mobilidade seguros para peões e ciclistas, até à obrigatoriedade de sistemas de assistência ao condutor, como o sistema eCall, que já é uma realidade”,* destacou o social-democrata na sua intervenção em sessão plenária.

Carlos Coelho frisou que *“a segurança rodoviária não pode, por princípio, ser apenas para aqueles que dispõem de mais dinheiro. Não devem ser apenas os carros de gama superior a dispor de mecanismos de assistência oferecidos pelos fabricantes como a travagem de emergência, o controlo de pressão*

*de pneus, os sistemas de colocação de cinto no banco de trás, etc.”*.

*“Há que tornar obrigatório para todos os veículos a existência destas tecnologias que ajudam a reduzir a mortalidade na estrada. Há 10 anos a indústria usava o argumento que o eCall gratuito para todos os veículos de passageiros representaria um cataclismo no preço dos veículos: não se verificou. Um simples sistema automático de ajustamento do cinto de segurança obrigatório para evitar lesões no pescoço pode salvar milhares de vidas e tem um custo irrisório”*.

Ao concluir Carlos Coelho afirmou esperar que a Comissão Europeia siga as recomendações do Parlamento explanadas neste Relatório de modo a que se possa legislar inteligentemente para mudar o paradigma de mortes por ano nas estradas europeias, **de 25.000 para zero**. 



## Sofia Ribeiro defende autonomia nas ajudas europeias extraordinárias às RUP

**“Os Agricultores estão a pagar a fatura de um problema que não criaram, sem no entanto serem devidamente compensados por tal”.** Foi desta forma que a Eurodeputada **Sofia Ribeiro** iniciou a sua intervenção num debate sobre o impacto do **Embargo Russo no setor europeu das frutas e legumes**. O debate, que contou com a presença do Comissário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, decorreu a 15 de novembro 2017, na Sessão Plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

A Deputada do PSD/Açores reconheceu o esforço promovido pelo Comissário através da abertura de novos mercados e a celebração de novos acordos comerciais, no entanto afirmou que *“ainda temos um longo caminho a percorrer com o objetivo de **compensar a ausência do mercado russo** e mitigar, não apenas os seus efeitos diretos, mas também os indiretos”.*

*“Quem exportava para o mercado russo começou a vender no mercado interno e isto está a ter um efeito tremendo nas economias mais pequenas”, explicou Sofia Ribeiro, acrescentando que “os preços baixaram e o sector deixou de ser competitivo para os pequenos produtores”.* *“Os produtores da minha região, os Açores, são afetados por este efeito indireto do embargo e também estes têm de ser ressarcidos”, defendeu.*

Durante a intervenção, Sofia Ribeiro pediu para que, tal como foi aprovado pelo Parlamento Europeu na proposta que apresentou para o observatório do mercado do leite, *“se defina o que se entende por crise no sector das frutas e dos legumes, com uma observação individualizada das Regiões Ultra-periféricas (RUP)”.* *“Só assim poderemos perceber a enorme dimensão deste problema e agir em conformidade”,* explicou a Eurodeputada. *“É urgente considerar as RUP na definição de qualquer pacote de ajuda adicional de combate a crises, como já foi exigido pelo parlamento, também por proposta minha”,* realçou.

A Eurodeputada Açoriana justificou esta posição alegando que *“as RUP não podem continuar dependentes da solidariedade nacional na distribuição dos pacotes financeiros de ajuda da União Europeia”.* **“As RUP têm de ser consideradas autonomamente e eu conto consigo, Comissário Hogan, neste desafio”,** finalizou Sofia Ribeiro.



## Fernando Ruas questiona Comissão Europeia sobre fenómenos de seca e escassez de água no sul da Europa

**Fernando Ruas** apresentou, no início do mês de novembro de 2017, uma pergunta escrita, com carácter prioritário, à Comissão Europeia, chamando a atenção para os **crescentes fenómenos de seca e escassez de água no sul da Europa**, que afectam sobretudo os países da bacia mediterrânica e que constituirão, a breve trecho, um dos maiores desafios ambientais para a União Europeia.

De acordo com o teor da sua exposição, estamos a falar de um universo geográfico **“onde vivem 130 milhões de habitantes - o que equivale a cerca de 30% da população da UE”.**

No que respeita ao nosso país, o Eurodeputado alerta a Instituição para o facto de Portugal **“estar, actualmente, com 75% do seu território em seca extrema e 25% em seca severa, sendo as regiões mais deprimidas e do interior as mais afectadas”.**

Trata-se de um cenário negro, que regista dados preocupantes, estimando-se que, nos próximos anos, estes fenómenos

climáticos sejam cada vez mais graves e recorrentes, com particular incidência nestas regiões de baixa densidade e de fracos recursos.

Nas palavras do parlamentar, *“é importante avaliar o impacto económico destes fenómenos climáticos e é urgente que as Instituições Europeias, os Estados-Membros e as partes interessadas adotem estratégias adequadas de longo prazo, para o uso eficiente da água, particularmente, a nível local e regional”.*

Atenta esta premissa, as questões que o Eurodeputado Fernando Ruas colocou à Comissão foram no sentido de saber que **“estratégias, políticas e/ou acções concretas estão em curso ou previstas levar a cabo nos Estados-Membros mais afectados por estes fenómenos, bem como que tipo de medidas extraordinárias podem ser adoptadas, com vista a minorar o impacto destas alterações climáticas e prevenir fenómenos como os de seca extrema e escassez de água”,** nos anos vindouros.

# Sofia Ribeiro garante manutenção do POSEI

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu dia 15 de novembro de 2017, a manutenção do POSEI, numa reunião com o Comissário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan. O encontro decorreu no âmbito da reunião do Grupo de Agricultura do Partido Popular Europeu (PPE), o maior grupo político no Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Durante o encontro, Sofia Ribeiro, na qualidade de relatora do Parlamento Europeu para a posição da sua Comissão da Agricultura sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual, exigiu a Phil Hogan que *“dê especial atenção às regiões mais desfavorecidas, com maiores custos de transportes, maiores riscos de intempéries e fatores de produção acrescidos, como é o caso das Regiões Ultraperiféricas, garantindo a manutenção e o reforço do POSEI”*. Em resposta à Eurodeputada Açoriana, **Phil Hogan garantiu que não porá em causa o POSEI**, afirmando saber que *“estaria em dificuldades entre os Açorianos se tal acontecesse”*, numa clara referência à capacidade reivindicativa e de exigência da Eurodeputada do PSD/Açores.

A Social-democrata afirmou ainda que *“é necessário rejeitar que o Brexit possa causar uma diminuição no orçamento da Agricultura e muito menos no POSEI”*. A opinião foi partilhada pelo Comissário que se mostrou preocupado com a decisão que venha a ser tomada pelo Conselho, uma vez que a saída do Reino Unido da União Europeia vai causar uma pressão orçamental adicional à Agricultura, que os Estados-Membros podem não querer compensar.

Sofia Ribeiro aproveitou ainda para **rejeitar regimes de cofinanciamento dos pagamentos diretos aos agricultores que gerariam maiores clivagens** entre os países mais e menos desenvolvidos e



**A Eurodeputada Sofia Ribeiro afirmou é “é necessário rejeitar que o Brexit possa causar uma diminuição no orçamento da Agricultura e muito menos no POSEI”. A opinião foi partilhada pelo Comissário que se mostrou preocupado com a decisão que venha a ser tomada pelo Conselho, uma vez que a saída do Reino Unido da União Europeia vai causar uma pressão orçamental adicional à Agricultura, que os Estados-Membros podem não querer compensar.**

adiantou ser necessário criar um quadro regulamentar na cadeia de distribuição agroalimentar e para o combate às práticas comerciais desleais, que deve também ter a dotação financeira necessária.

Ao concluir a sua intervenção Sofia Ribeiro afirmou que *“fechamos hoje a reivindicação da continuidade do POSEI, que me foi garantida pelo Comissário responsável. A partir de agora, a luta passará pelo aumento*

*do seu envelope”*, tendo ainda requerido ao Comissário que desenvolva mecanismos de renovação geracional na agricultura. *“Necessitamos criar condições para que os agricultores mais velhos se sintam incentivados a ceder o seu lugar aos mais jovens, garantindo a modernização e rejuvenescimento do setor agrícola, sempre numa lógica de aproveitamento e transmissão do seu conhecimento, do seu saber-fazer, que é tão importante transmitir às novas gerações”*, finalizou Sofia Ribeiro. 